

A Preferência de Ricos e Pobres sobre a Estrutura Fiscal Brasileira

Eduardo Alves Lazzari

Trabalho preparado para apresentação no *VIII Seminário Discente da*

Pós-Graduação em Ciência Política da USP

7 a 11 de maio de 2018

Resumo

Pode-se dizer que ricos e pobres divergem em relação à maneira como a tributação e os gastos deveriam ser usados para reduzir a desigualdade de renda no Brasil? Respon- demos essa pergunta quantitativamente por meio da utilização de quatro questionários representativos da população nacional, cobrindo os anos de 2008, 2010, 2013 e 2014, à luz das hipóteses de que tributos e gastos têm visibilidade diferente perante o eleitorado ou de que todos, ricos ou pobres, buscam maximizar os gastos dos Estados e minimizar a contribuição individual por meio dos impostos. Ainda que ricos tenham uma chance ainda maior de não querer contribuir ao fisco nacional, apresentamos evidências que a segunda hipótese parece ser corroborada no caso brasileiro, em função do apoio consen- sual aos gastos progressivos e oposição majoritária aos impostos. Assim, haveria uma tendência deficitária constante no desenho de estrutura fiscal preferido pelo eleitorado, potencialmente explicando, ainda que de maneira parcial, as trajetórias opostas que tributos e gastos progressivos tiveram no país nos últimos 30 anos.

Palavras-chave: Estrutura Fiscal; Redistribuição; Tributação; Gastos Redistributi- vos.

1 Introdução

A pergunta desse artigo é: qual é a preferência de ricos e pobres em relação à estrutura fiscal brasileira? Isto é, pode-se dizer que ricos e pobres divergem em relação à maneira como a tributação e os gastos deveriam ser usados para reduzir a desigualdade de renda no Brasil? Entendemos como estrutura fiscal despesas e receitas em conjunto. Em outras palavras, como o Estado coleta receitas e como as desembolsa configura uma determinada estrutura fiscal, afetando a distribuição de renda. O conceito parte do pressuposto que gastos e tributos se afetam mutuamente, de modo que analisá-los separadamente ignora o complexo que ambos constituem.

Sob essa perspectiva, a preferência dos eleitores pode sinalizar aos representantes qual seria o desenho de estrutura fiscal preferido majoritariamente, já que existiriam preferências distintas sobre receitas e despesas, além de explicitar, ao pesquisador, se essas preferências são convergentes ou contraditórias, como Arretche e Araújo (2017) argumentam. Não só, a partir de diferentes modelos teóricos, preferências em torno da estrutura fiscal variariam em função da renda do eleitor. Aqui, a partir de dois grupos, ricos e pobres, seria possível identificar preferências distintas em relação ao papel que impostos e gastos podem desempenhar na redução da desigualdade de renda. Cada um dos modelos tratados nesse artigo prevê um cenário diferente de preferências entre esses dois grupos, permitindo a elaboração de hipóteses claras a serem examinadas para o caso brasileiro.

Metodologicamente, recorreremos a quatro questionários representativos da população brasileira, a Pesquisa de Dimensões Sociais da Desigualdade (PDSD), desenvolvido pelo professor Nelson do Valle Silva (IESP-UERJ), cobrindo o ano de 2008, os Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEBs), em suas ondas de 2010 e 2014, coordenado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop/Unicamp) e o *survey* Imagens da Federação, no ano de 2013, realizado pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM). O intuito é demonstrar as preferências do eleitorado brasileiro ante a redistribuição por impostos e despesas, por meio de uma análise quantitativa, investigando se a renda é um fator capaz de afetar essas preferências, como indica a pergunta norteadora deste trabalho.

Assim sendo, a seção seguinte trata do terreno sobre qual as preferências sobre redistribuição deverão se formar, a estrutura fiscal brasileira. Em seguida, as hipóteses elencadas

pela literatura a respeito de como a preferência de ricos e pobres vão variar (ou não) são detalhadas. Para partirmos à exposição da metodologia empregada e os resultados. Nas considerações finais argumentamos que todos, ricos ou pobres, querem transferências do Estado, e ninguém quer pagar impostos, ainda que ricos tenham uma chance ainda maior de não querer contribuir ao fisco nacional. Assim, haveria uma tendência deficitária constante no desenho de estrutura fiscal preferido pelo eleitorado, potencialmente explicando, ainda que de maneira parcial, as trajetórias opostas que tributos e gastos progressivos tiveram no país nos últimos 30 anos.

2 A Estrutura Fiscal Brasileira

O objeto deste artigo é a estrutura fiscal brasileira. Toma-se o termo emprestado de Beramendi (2012) para nos referir à interação entre o sistema tributário, conjunto de receitas ordinárias, e o conjunto de despesas com finalidade redistributiva, como seguridade social, saúde e educação, por exemplo. Partimos do pressuposto que receitas e despesas produzem efeitos redistributivos próprios, de modo que as preferências de um eleitor por gastos e tributos não serão necessariamente coincidentes. Por um lado, um eleitor pode defender um maior engajamento do Estado na redução da desigualdade de renda por meio da prestação de serviços públicos, por conseguinte, gastando para mitigar a desigualdade, mas, por outro, o mesmo pode supor que a tributação não é eficiente para tal fim, tirando dos tributos o protagonismo na redução da desigualdade. Entretanto, antes de explorar as preferências acerca da estrutura fiscal, é fundamental detalhar o terreno sobre o qual eleitores formarão suas preferências, isto é, a própria estrutura fiscal brasileira, considerando as características e a evolução recente dos tributos e gastos brasileiros.

Com efeito, a principal característica ao se analisar o sistema tributário brasileiro é sua complexidade, onde cada nível de governo tem tributos próprios, além de existirem tributos de diferente tipo. Na tabela 1 abaixo, apresentamos quais são os principais tributos em vigência, acompanhados pelo ente federativo responsável e sua natureza, isto é, a indicação de que se esse tributo é um imposto, direto ou indireto, ou uma contribuição.

Por imposto direto entendemos aquele tributo cuja incidência é personalizada em função do rendimento auferido declarado à autoridade tributária ou de acordo com o valor venal

de um veículo ou imóvel. O imposto de renda sobre pessoa física (IRPF) é direto, uma vez que a alíquota aplicada ao contribuinte é determinada de acordo com sua renda declarada. Os impostos indiretos são tributos cuja incidência é uniforme, isto é, suas alíquotas são as mesmas, independentemente do contribuinte.

A partir dessas características, é possível esperar que impostos diretos tendam a ser progressivos, pois os indivíduos mais ricos pagarão proporcionalmente mais ao fisco. Impostos indiretos, por sua vez, seriam regressivos, pois indivíduos pobres e ricos pagam a mesma quantia ao adquirir a mesma mercadoria ou serviço. Como os primeiros têm renda inferior ao segundo grupo, o indivíduo pobre gasta uma quantidade relativa maior do que o rico nesses impostos, aumentando a desigualdade.

Faz-se uma distinção entre impostos e contribuições, pois não existe uma obrigação constitucional que determine a transferência das receitas coletadas com essas contribuições da União para os demais entes federativos, diferentemente do que ocorre com os impostos. Assim, conjuntamente, impostos e contribuições constituem o sistema tributário brasileiro¹.

Em sua maioria, os tributos são de competência federal, mantendo uma tendência estabelecida desde 1940 no país, onde a União é a principal arrecadadora (Arretche, 2005). Contudo, o mais importante em termos do PIB nacional é o ICMS, um imposto indireto estadual. Sua regulação é complexa, bem como a estimação de seus efeitos redistributivos, pois suas taxas variam de estado para estado e de produto (serviço ou mercadoria) para produto, ou seja, a alíquota do ICMS praticada sobre artigos alimentícios em Goiás é diferente daquela praticada no Ceará, da mesma forma que essa alíquota é diferente para itens supérfluos. Em média, esse imposto representou 7,1% do PIB brasileiro entre 1990 e 2015, segundo dados da Secretaria da Receita Federal (SRF), sendo o mais importante em termos percentuais do PIB.

Deve-se apontar que o atual sistema tributário foi erigido na ditadura militar, em 1967. Na época, o objetivo principal era reformar um sistema tributário ineficiente, sem nenhum apreço pelas implicações redistributivas da reforma proposta (Varsano, 1996). Foi esta reforma que criou o ICMS e o delegou aos governos estaduais.

O único imposto que não é aplicado atualmente é o "Imposto sobre Grandes Fortu-

¹Vale dizer que além dos impostos e contribuições, o sistema tributário nacional também é composto por taxas e tarifas alfandegárias.

Tabela 1: Principais Tributos em Vigência no Brasil, por Ente Federativo e Natureza

Tributo	Ente	Natureza
Cide	União	Contribuição
COFINS	União	Contribuição
IOF	União	Indireto
IPI	União	Indireto
IRPF	União	Direto
IRPJ	União	Direto
PIS/PASEP	União	Contribuição
CSLL	União	Contribuição
ICMS	Estados	Indireto
IPVA	Estados	Direto
ITCD	Estados	Direto
IPTU	Municípios	Direto
ITBI	Municípios	Direto
ISS	Municípios	Indireto

Fonte: Elaboração do autor.

nas” (IGF), já que esse não foi regulado por nenhuma legislação, ainda que previsto na Constituição de 1988 (CF/88). Assim, os impostos federais, teoricamente progressivos, são o IRPF e IRPJ. É digno de nota que o IRPF passou por importantes mudanças em sua regulação no atual período democrático, tornando-se menos progressivo. Ao final da ditadura militar, o mesmo dispunha de 12 alíquotas, sendo a marginal superior igual a 60%. Poucos anos após a redemocratização, em 1989, reduziu-se a dois o número de alíquotas, sendo a marginal superior igual a 25% (Receita Federal, 2014). Atualmente, são quatro as alíquotas marginais do IRPF, além da faixa isenta, 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%. Ademais, rendimentos auferidos por meio de lucros ou dividendos se tornaram isentos pela Lei 9.249/1995, uma fonte de renda mais importante para os estratos mais ricos da população do que para os mais pobres (Gobetti e Orair, 2016).

Vale dizer ainda que as alíquotas das contribuições federais foram majoradas no governo FHC, como parte de sua política fiscal, produzindo distorções e tornando o sistema ainda mais regressivo, ao sobretaxar o trabalho, já que essas contribuições incidem sobre a folha de pagamento do trabalhador formal. Destaca-se uma importante tentativa de tornar o sistema tributário brasileiro ligeiramente mais progressivo com a PEC 41/2003, prevendo a progressividade do ITCD e ITBI, por exemplo. Contudo, a referida PEC não foi aprovada (Salvador, 2017).

Portanto, recorrendo principalmente a impostos indiretos e contribuições, o sistema tributário brasileiro é regressivo, isto é, sua incidência aumenta a desigualdade de renda. Característica reforçada com mudanças incrementais a que o sistema tributário brasileiro foi submetido nos últimos 30 anos.

Utilizando dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), em 2003 e 2009, Silveira et al. (2015) demonstram como a desigualdade após a tributação é maior do que após a transferência de renda pelo Estado, acrescida aos rendimentos de trabalho e capital. Em 2003, o coeficiente de Gini² após a taxaçoão foi de 0,597, contra 0,591 da desigualdade pré-taxação, ou seja, a tributação no Brasil anula e reverte o efeito redistributivo produzido por transferências de renda e pensões³, ao passo que após a prestação dos serviços públicos, a desigualdade final de renda despencou de 0,597 para 0,528.

Fundamentalmente, foram as despesas redistributivas que reduziram as desigualdades de renda original⁴ e final que receberam destaque na Ciência Política. Flores (2017) se debruçou sobre a política do salário mínimo e os fatores que teriam levado à sua valorização real. É digno de nota que ainda que o salário mínimo não seja em si uma despesa redistributiva, o Benefício da Prestação Continuada (BPC), pensão não-contributiva de direito para deficientes e idosos com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de subsistência, tem seu valor indexado ao salário mínimo. Deste modo, quanto maior o valor do salário mínimo, maior o montante destinado a pessoas nessa situação, contribuindo para a redução da desigualdade.

O Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência condicional de renda, seria altamente atraente do ponto de vista eleitoral, em função do contingente a ser beneficiado por ele, além de ter custos administrativos e financeiros baixos, com um impacto social altamente positivo (Roberts, 2014). Por fim, Arretche (2015) ilustra como a expansão de serviços públicos contribuiu significativamente para a redução da desigualdade no período recente.

Esses breves exemplos (política de salário mínimo, pensões não-contributivas, trans-

²Índice que varia entre 0 e 1, onde 1 representa extrema desigualdade.

³Comparativamente, o Brasil e países latino-americanos em geral distribuem muito menos com o IRPF do que países europeus. Em média, países latino-americanos mantêm inalterada a desigualdade de renda pós-tributação, enquanto que países europeus reduzem a desigualdade em 26 pontos percentuais, em média, após a tributação (Goñi, López e Servén, 2011).

⁴Após transferências de renda.

ferências condicionais de renda e serviços públicos universais de saúde e educação, por exemplo) ilustram como o arsenal de políticas que combatia a desigualdade por meio dos gastos foi ampliado e fortalecido, além de ter sido amplamente investigado pela Ciência Política. Assim, os contrapondo à evolução recente dos tributos, pode-se dizer que as diferentes faces da estrutura fiscal brasileira caminharam em sentidos opostos. Os tributos continuaram aumentando a desigualdade (ou ao menos não foram utilizados para mitigá-la), ao passo que os gastos a reduziam. Questiona-se aqui se as preferências do eleitorado brasileiro afetaram de alguma maneira essas trajetórias recentes. Assim sendo, a próxima seção aborda como a literatura tratou dos supostos efeitos das preferências sobre estruturas fiscais.

3 Preferências sobre a Estrutura Fiscal

Antes de avançar é fundamental frisar que não tomamos preferências majoritárias como condição suficiente para a implementação de uma estrutura fiscal em detrimento de outra, preferências não são automaticamente institucionalizadas. Se fossem, a Ciência Política não teria se dedicado em detalhar o mecanismo que instituiu políticas que reduziam a desigualdade, quais seriam os obstáculos a sua efetivação (Arretche, 2015; Huber e Stephens, 2012) e a grande variação no impacto redistributivo causado por diferentes Estados (Goñi, López e Servén, 2011). Mesmo assim, ao analisar tão-somente preferências, tem-se um cenário que sinaliza a legisladores quais políticas públicas seriam eleitoralmente recompensadas e por quais grupos, tornando-se um tema relevante.

Possivelmente, o modelo canônico que orienta o processo de formação de preferências quanto a redistribuição é dado pela teoria do eleitor mediano (Downs, 1957; Meltzer e Richard, 1981). É este modelo que fundamenta a hipótese de que há uma relação inversa entre preferência por redistribuição e renda. Fundamentalmente, o modelo estipula que indivíduos abaixo da renda média teriam uma probabilidade maior de preferir políticas redistributivas, ao passo que os indivíduos acima desta renda optariam pela não implementação dessas políticas. A lógica é que aqueles abaixo da renda média têm chances de extrair dividendos com políticas redistributivas, contrariamente aos acima desta renda, pois estes terão perdas importantes. Grosso modo, a posição de cada um na distribuição em relação à renda média vai definir a melhor estratégia para a maximização da curva de utilidade de cada um,

justificando uma relação inversa entre renda e preferência por políticas redistributivas.

Até onde conhecemos, existem três modelos explicativos para toda estrutura fiscal. O primeiro estabelece que, para haver uma taxaçoão progressiva, é necessário que todos sejam similarmente beneficiados pelas despesas redistributivas (Beramendi e Rehm, 2016). Suponhamos dois grupos políticos no eleitorado, pobres e ricos. A priori, os primeiros seriam os maiores beneficiários das despesas, enquanto que os últimos seriam os financiadores dessas despesas por meio da tributação. Assim, eleitoralmente cada um buscará efetivar esses interesses. Se os ricos não se beneficiarem de políticas públicas, os mesmos vão se recusar a financiar essa estrutura fiscal, resistindo a investidas nesse sentido por meio do lobby, por exemplo.

Admitindo que a demanda por despesas redistributivas é constante numa democracia em função do sufrágio universal e do vasto contingente de pessoas que se beneficiaria dessas políticas (Meltzer e Richard, 1981) e que ricos serão exitosos na obstrução de uma tributação mais progressiva, essas despesas serão financiadas por tributos regressivos, criando a contradição de uma estrutura fiscal redistributiva nos gastos, mas financiada por aqueles que mais são dependentes delas.

Caso contrário, se os mais ricos se beneficiarem dessas políticas, os mesmos estarão abertos a um sistema tributário progressivo, pois vão se beneficiar dos serviços financiados por sua renda tributada. Empiricamente, isso seria observado por meio da importância da renda na preferência pelo papel redistributivo atribuído ao Estado. Isto é, se a renda é capaz de prever a preferência por redistribuição, então beneficiários e financiadores não coincidem, formando grupos excludentes. Logo, quanto mais rico o indivíduo, menor seu apoio à redistribuição pelo Estado, por meio dos impostos.

O Brasil seria explicado nesse modelo a partir da ideia de que os mais ricos não recorrem ao SUS, por exemplo, para serviços de saúde, pois utilizam a rede privada. Se esse é o caso, não seria racional que eles aceitassem uma tabela mais progressiva do IRPF ou a instituição da progressividade no ITCD.

Contudo, pode-se criticar o modelo, já que a relação causal pode ser inversa. Isto é, ao invés de não pagarem impostos por não usarem esses serviços, indivíduos mais ricos não usam esses serviços públicos por sua baixa qualidade, já que os mesmos não dispõem de receitas suficientes para funcionar adequadamente. Foi a lógica do subfinanciamento da União ante

seus compromissos sociais que orientou a majoração das contribuições sociais federais nos governos FHC, por exemplo.

Por sua vez, o segundo modelo prevê que despesas e receitas têm visibilidades diferentes ao eleitorado. Por exemplo, as vantagens advindas do PBF percebidas por seu beneficiário são evidentes. Para um indivíduo vivendo abaixo da linha da pobreza receber determinada quantia de renda tem importantes consequências práticas em sua vida, de modo que o ator político responsável pelo desenho e implementação dessa política é facilmente identificável. Não só isso. A quantidade de potenciais beneficiários dessa política numa sociedade tão pobre quanto o Brasil é muito grande. Assim, as despesas redistributivas têm um grande número de beneficiários, impactos evidentes e altas chances de recompensa eleitoral ao ator político que reivindica crédito por sua implementação.

Contrariamente, se despesas redistributivas têm um alto número de beneficiários e ganhos evidentes, tributos progressivos concentram perdas num grupo muito específico, os mais ricos, com ganhos difusos. Com efeito, tributos progressivos concentram perdas importantes para indivíduos com recursos e alta capacidade de mobilização. Ademais, os benefícios advindos de maiores receitas por meio de uma tributação progressiva são sentidos apenas indiretamente pelo beneficiário de uma política pública, além desta ser uma temática altamente técnica e, portanto, de difícil discussão no eleitorado (Azevedo e Melo, 1997).

Conseqüentemente, as diferentes “visibilidades” das faces da estrutura fiscal fazem com que cada uma tenha grupos diferentes atuando para desenhá-las. O ator mais influente nas despesas seria o eleitorado e nas receitas, grupos de interesse (Castaneda, 2017; Fairfield e Garay, 2017). O eleitorado seria capaz de afetar os tributos apenas se suas demandas elevassem tanto as despesas que as receitas teriam que acompanhar proporcionalmente essa tendência. Inversamente, grupos de interesses seriam capazes de afetar as despesas apenas se reduzissem a tal modo as receitas a ponto de o Estado não ser mais capaz de arcar com seus compromissos sociais.

Contudo, há de se questionar se toda a matéria tributária é igualmente técnica e de difícil discussão no eleitorado. Ainda que esse talvez seja o caso da regulação do ICMS, por exemplo, o mesmo não poderia ser dito a respeito do imposto de renda. O aumento de sua progressividade poderia ser facilmente explorado politicamente por forças políticas engajadas na redução da desigualdade, como o próprio trabalho de Fairfield e Garay (2017)

mostra quando da análise do caso chileno, em que a taxaço sobre empresas foi instituída após intensos protestos de rua do movimento universitário, sob o governo de Sebastián Piñera (2010-2014; 2018-Atualmente) e sua conservadora *Coalición por el Cambio*. Tal mudança era reivindicada pelo movimento, como medida para financiar um ensino superior gratuito. Ao mesmo tempo, essa politização permitiu a majoração da alíquota do IRPJ chileno sob o governo esquerdista de Michelle Bachelet (2006-2010; 2014-2018).

Por fim, o terceiro modelo seria o chamado Paradoxo de Rousseau (Santos, 2007). Aqui, o cidadão assume dois papeis, o de soberano, por tomar uma decisão vinculante quando da eleição, e de súdito, quando usufrutuário de políticas públicas. Enquanto soberano, o mesmo demandará continuamente por despesas redistributivas que sejam de seu interesse, ao passo que enquanto súdito o mesmo verá como uma indevida expropriação qualquer tipo de imposto. Assim, estabelece-se uma dinâmica que se pede por mais gastos, sem ninguém estar disposto a arcar com eles, seja o indivíduo pobre ou rico.

Evidentemente seria simplista supor que qualquer comunidade política se divide apenas nesses grupos. É preciso considerar também a existência de uma classe média, por exemplo. Contudo, os três modelos afirmam que a clivagem econômica definirá as preferências dos indivíduos em torno da estrutura fiscal de um país, em suas dimensões dos gastos e das receitas. Deste modo, como os mais ricos seriam os mais afetados por um sistema tributário mais progressivo, seus interesses divergiriam do restante da população, justificando a divisão dicotômica utilizada.

A tabela 2 apresenta quais seriam as preferências de cada um desses grupos por redistribuição e, portanto, quais seriam seus efeitos sobre a estrutura fiscal. Sinais de positivo (+) indicam uma preferência por maior redistribuição, seja nos tributos ou nas receitas, sinais negativos (-) indicam uma preferência por menos redistribuição, enquanto que a ausência de sinais supõe que o grupo não tem nenhuma preferência inicial, conforme cada um dos modelos apresentados.

Atenta-se para o fato de que o efeito da renda na hipótese de coincidência entre beneficiários e financiadores é condicional ao uso da rede privada de saúde, hipoteticamente. Assim, supondo que os mais ricos no país usam da rede privada, espera-se que ricos se oponham à taxaço progressiva e não tenham nenhuma preferência definida em relação a gastos, uma vez que a hipótese deixa em aberto a possibilidade do uso da rede privada ou pública

Tabela 2: Hipóteses das Preferências de Ricos e Pobres sobre a Estrutura Fiscal

Modelo	Pobres		Ricos	
	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas
Coincidência Beneficiários e Financiadores	+	+		-
Visibilidade e Atores Diferentes	+			-
Paradoxo de Rousseau	+	-	+	-

Fonte: Elaboração do autor.

para prestação de serviços, a depender da qualidade de cada uma das redes. Ao passo que pobres vão buscar maximizar ambos instrumentos de redução de desigualdade, despesas ou receitas, pois em ambos eles se beneficiarão. Nesse cenário, o paradoxo estaria na emergência de uma estrutura fiscal financiada por seus maiores dependentes, os mais pobres, admitindo que os mais ricos serão exitosos em barrar a tributação progressiva.

Este é o mesmo paradoxo contido na segunda hipótese, a de que cada face da estrutura fiscal apresenta visibilidades diferentes, alterando o ator proeminente em seu desenho. Aqui, pobres vão buscar maximizar as despesas, seja defendendo transferências de renda ou serviços públicos, sem nenhuma preferência por taxaçaõ. O inverso do observado entre os mais ricos, opositores da taxaçaõ e indiferentes em relaçaõ aos gastos.

Por fim, no Paradoxo de Rousseau, a renda será irrelevante para despesas e receitas, já que pobres e ricos vão reivindicar o mínimo possível de impostos e o máximo possível de despesas por parte do Estado. O paradoxo contido aqui é que a estrutura fiscal assumiria uma tendência deficitária, se essas preferências fossem traduzidas em políticas. Com efeito, esta é a conclusão a que Arretche e Araújo (2017) chegam. Para os autores, um cenário como esse descrito no Paradoxo de Rousseau é contraditório, onde eleitores ignoram como despesas afetam receitas e vice-versa. Em seguida, passamos ao detalhamento da metodologia para testar as hipóteses apresentadas pela literatura.

4 Metodologia

Utilizando-se de uma metodologia quantitativa, preferências de eleitores são mensuradas por meio de questionários com amostras representativas do país. Até onde sabemos, são quatro os *surveys* que dispõem de perguntas que remetem tanto às despesas, quanto às receitas sob uma perspectiva redistributiva. São eles: a Pesquisa de Dimensões Sociais da Desigual-

dade (PDSB), desenvolvido pelo professor Nelson do Valle Silva (IESP-UERJ), cobrindo o ano de 2008, os Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEBs), em suas ondas de 2010 e 2014, coordenado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop/Unicamp) e o *survey* Imagens da Federação, aplicado no ano de 2013, realizado pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Embora estejamos interessados no atual período democrático, infelizmente não possuímos questionários que tratem dessas questões entre 1988 e 2007.

Em relação a preferência por gastos, no ano de 2008, assumimos que esta era mensurada por meio da seguinte afirmação: "O governo deveria garantir a todo mundo um nível de vida mínimo". Para os demais anos, 2010, 2013 e 2014, a afirmação usada foi: "Em um país como o Brasil, é obrigação dos governos diminuir a diferença entre as pessoas muito ricas e as muito pobres". Em cada um dos *surveys* o respondente indicava se discordava (muito ou pouco) ou concordava (muito ou pouco). Ainda que a questão de desigualdade esteja mais presente na segunda afirmação, em todas partes do pressuposto que o Estado deve empreender esforços para reduzir a desigualdade, de modo que isso deveria ser feito por meio de gastos sociais.

Acerca das preferências em torno de tributos, os respondentes também colocam seu grau de concordância (discordância) com a seguinte afirmação: "O governo deveria aumentar os impostos e com isso garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam".

Essa é a única pergunta que toca na questão tributária nesses quatro questionários. Não só isso denota a necessidade de se explorar em maiores detalhes a temática em futuros questionários, como a questão padece de crítica já feita na literatura ao não especificar quem deveria pagar mais impostos. Na maneira em que esta é formulada é absolutamente plausível que o respondente, independente da faixa de renda que se coloca, suponha que a maior carga tributária também incidirá sobre ele. Enquanto que existem diferentes desenhos de política tributária que sim, podem afetar a todos indiscriminadamente, ao passo que outros focalizam o tributo em grupos específicos, como os mais ricos, potencializando o efeito redistributivo da política tributária (Bartels, 2016; Hacker e Pierson, 2010).

A crítica é especialmente válida no caso brasileiro, cuja carga tributária é composta majoritariamente por impostos indiretos e contribuições. Assim, a trajetória avaliada como contraditória por Arretche e Araújo (2017) pode ser, na verdade, reflexo de um sistema

tributário que esgotou a capacidade fiscal de alguns setores do eleitorado, notadamente os mais pobres, sem avançar sobre a dos mais ricos, criando um quadro generalizado de oposição a impostos, a primeira vista contraditório, à luz da dependência para com gastos sociais.

Nossa variável de maior interesse, renda, foi mensurada por meio de diferentes procedimentos entre os questionários, em função da informação obtida em cada um. No ano de 2008, banco PDS, a renda considerada foi a do trabalho. No ESEB de 2010, levou-se em consideração a renda familiar, assim como em 2013 (CEM) e 2014 (ESEB). Considerando o valor vigente do salário mínimo em cada um desses anos, segmentou-se o respondente em 5 faixas diferentes de renda, a saber, i) até um salário mínimo, ii) entre um e dois salários mínimos, iii) entre 2 e 5, iv) entre 5 e 10 e v) mais de 10. Tomou-se essa decisão não só considerando a comparabilidade entre *surveys*, como também em função da categorização já ter sido usado para esse propósito anteriormente (Arretche e Araújo, 2017). Vale lembrar que muito embora tenhamos um interesse especial sobre os mais ricos, como se sabe, estamos desconsiderando a preferência dos "super-ricos" que não é capturada em *surveys* (Piketty, 2014).

Além disso é importante destacar que nenhum dos questionários dispõe de uma questão que trata do uso da rede privada de ensino ou de saúde entre os respondentes, inviabilizando o teste da hipótese que supõe um apoio dos mais ricos à tributação, condicionado ao usufruto da rede pública (Beramendi e Rehm, 2016).

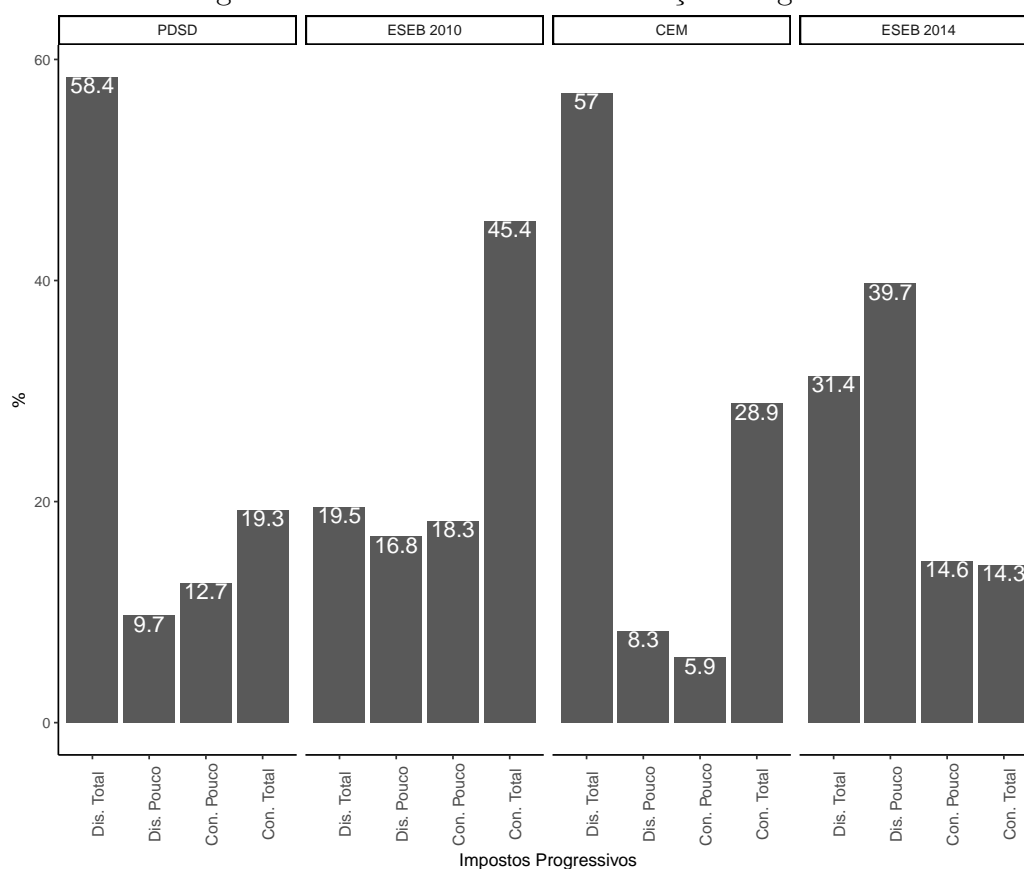
Por fim, outras variáveis que poderiam afetar a preferência em análise aqui foram incorporadas, a depender da disponibilidade de informação em cada questionário. No PDS, realizamos testes com as variáveis sexo, idade, cor, escolaridade e voto no candidato do PT no segundo turno de 2006. Para o ESEB, anos de 2010 ou 2014, executamos testes incluindo sexo, idade, cor, escolaridade, voto no candidato petista no segundo turno de 2010 (2014, no caso do ESEB 2014), identificação partidária com o PT e posicionamento na escala de esquerda-direita. Por fim, no banco do CEM, incluiu-se sexo, idade, escolaridade, preferência pelo PT e uma variável que identificava se o respondente recebia algum benefício social dentre o PBF, BPC, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou seguro-desemprego. Em todos os casos, supôs-se que indivíduos identificados com o PT, que votaram no candidato do partido na eleição nacional anterior, esquerdistas ou que recebessem algum benefício social seriam positivamente associados a tributação ou gastos progressivos.

Além de dados descritivos, segmentados por faixas de renda, apresentados na seção seguinte, realizamos regressões logísticas binárias, onde a variável dependente é igual a 1 se o respondente estiver de acordo, independentemente do grau de concordância, com tributação ou gastos progressivos, de modo que os coeficientes estimam o efeito médio produzido sobre a probabilidade de preferir uma estrutura fiscal mais progressiva em cada uma das suas faces.

5 Resultados

Iniciamos a seção de apresentação dos resultados com um simples descritivo do apoio à taxação progressiva ao longo dos questionários utilizados. É essencial destacar que a comparação entre *surveys* é complexa considerando os diferentes planos amostrais de cada um, à exceção da comparação feita entre as duas ondas do ESEB, 2010 e 2014. Ainda que todos sejam representativos nacionalmente, o número de observações é muito díspar. Respectivamente, PDSB, ESEB 2010, CEM e ESEB 2014 têm 8.048, 2.000, 2.285 e 3.136 respondentes. Ao analisar a figura 1 é possível observar como a concordância para com impostos progressivos varia consideravelmente. Em 2008, 19,3% da amostra concordava totalmente com o aumento de impostos, 32% se considerarmos os dois níveis de concordância. O índice salta para 45,4% com o ESEB de 2010 (63,7% de pouca e total concordância). Com os ESEBs, entre os anos de 2010 e 2014, esse apoio tem considerável queda em 2014. O apoio cai de 45,4% para 14,3% (28,9% ao todo), possivelmente as manifestações de junho de 2013 tiveram algum impacto nessa preferência, ainda que não seja possível investigar essa hipótese. Por fim, para o ano de 2013, o apoio é de 28,9%.

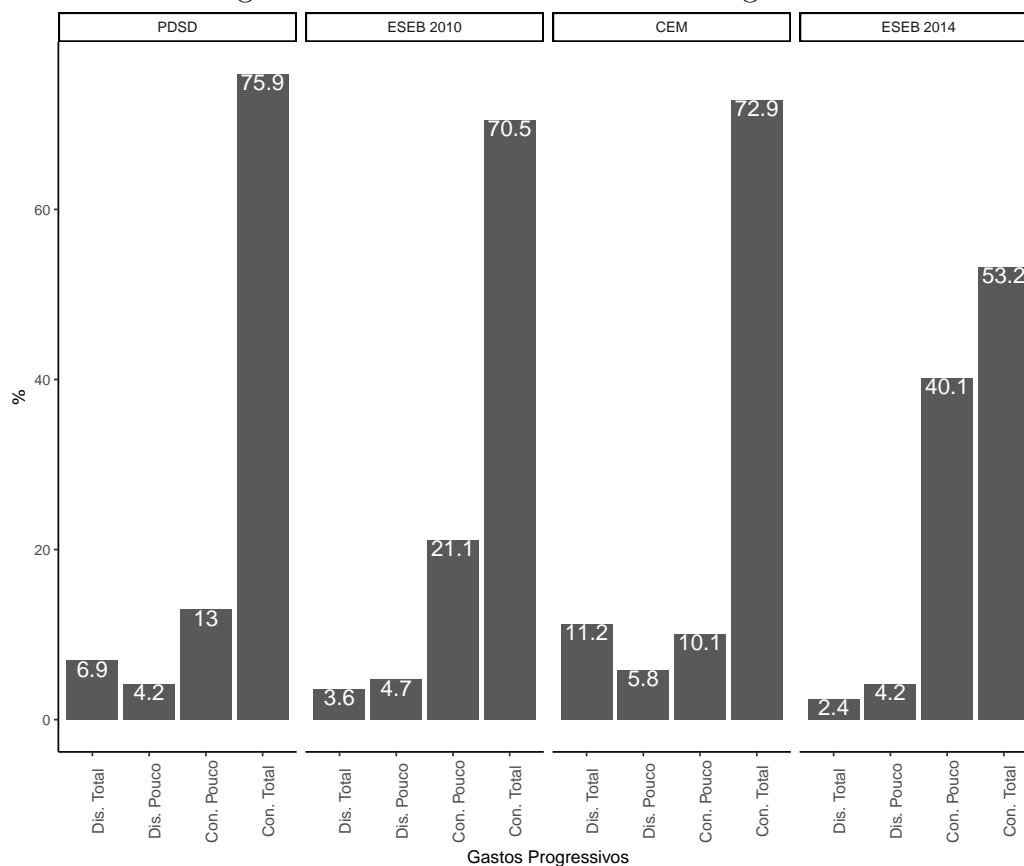
Figura 1: Preferência sobre Tributação Progressiva



Fonte: Elaboração do autor.

Se nas preferências sobre taxaçaõ há grande variaçaõ, em relaçaõ aos gastos, pode-se dizer que há relativo consenso, à luz da figura 2. A despeito dos diferentes planos amostrais, PDS, ESEB 2010 e CEM apresentam no mínimo 70% dos respondentes concordando totalmente com o engajamento do Estado na reduçaõ da desigualdade por meio dos gastos. Na verdade, o único ano que não atinge tal patamar de apoio é o ano de 2014, possivelmente refletindo, mais uma vez, o impacto de 2013 sobre preferências redistributivas. Além disso, apesar da diferente formulaçaõ entre os bancos, a similaridade entre as respostas registradas indica como a mesma preferênça é registrada por cada um dos *surveys*. Mesmo assim, a preferênça por gastos progressivos é majoritária em todos os anos.

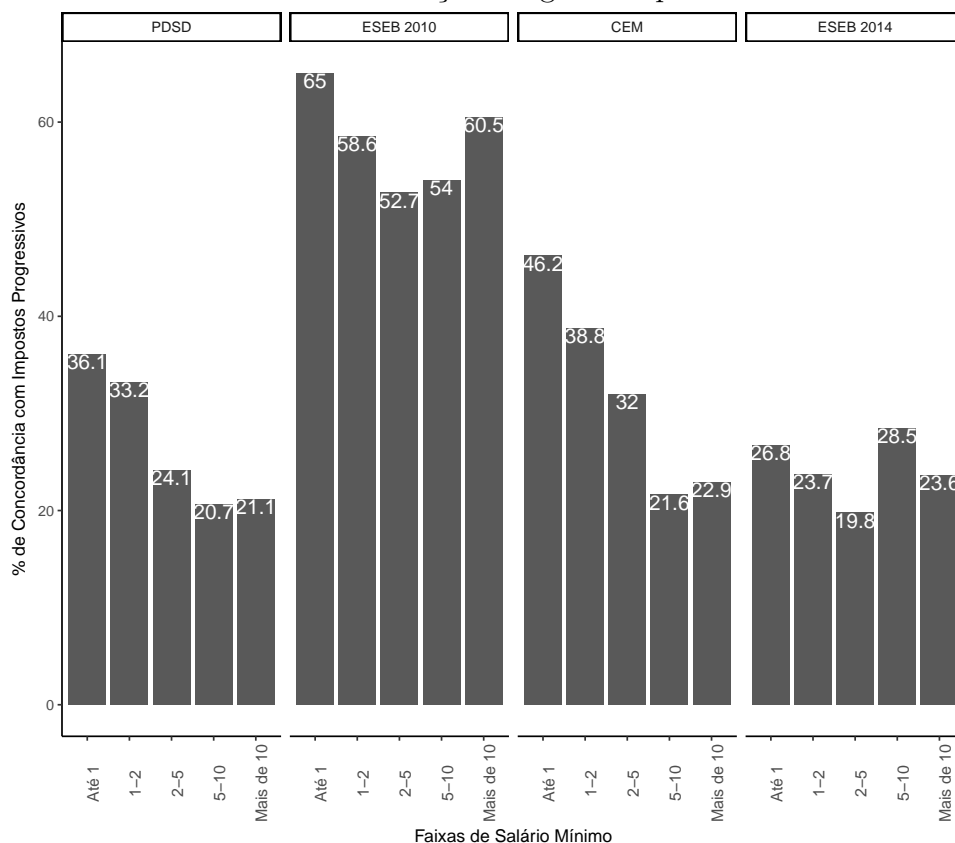
Figura 2: Preferência sobre Gastos Progressivos



Fonte: Elaboração do autor.

Entretanto é necessário comparar como essas preferências se comportam por diferentes faixas de renda. Ao analisar a figura 3 que trata da porcentagem de apoio à taxaçaõ progressiva pelas cinco faixas de salário mínimo, há uma clara tendência de queda de apoio à medida que se ascende na distribuição de renda nos anos de 2008 e 2013. No ano de 2008, 36,1% dos respondentes que auferiam no máximo um salário mínimo apoiavam o aumento de impostos, porcentagem que cai para 21,1% entre aqueles que auferiram mais de dez salários mínimos. No ano de 2013, 22,9% desse grupo apoiava a tributação progressiva, ao passo que dos respondentes de 2013 que ganharam no máximo um salário mínimo, 46,2% defendia mais impostos.

Figura 3: Preferência sobre Tributação Progressiva por Faixa de Salário Mínimo



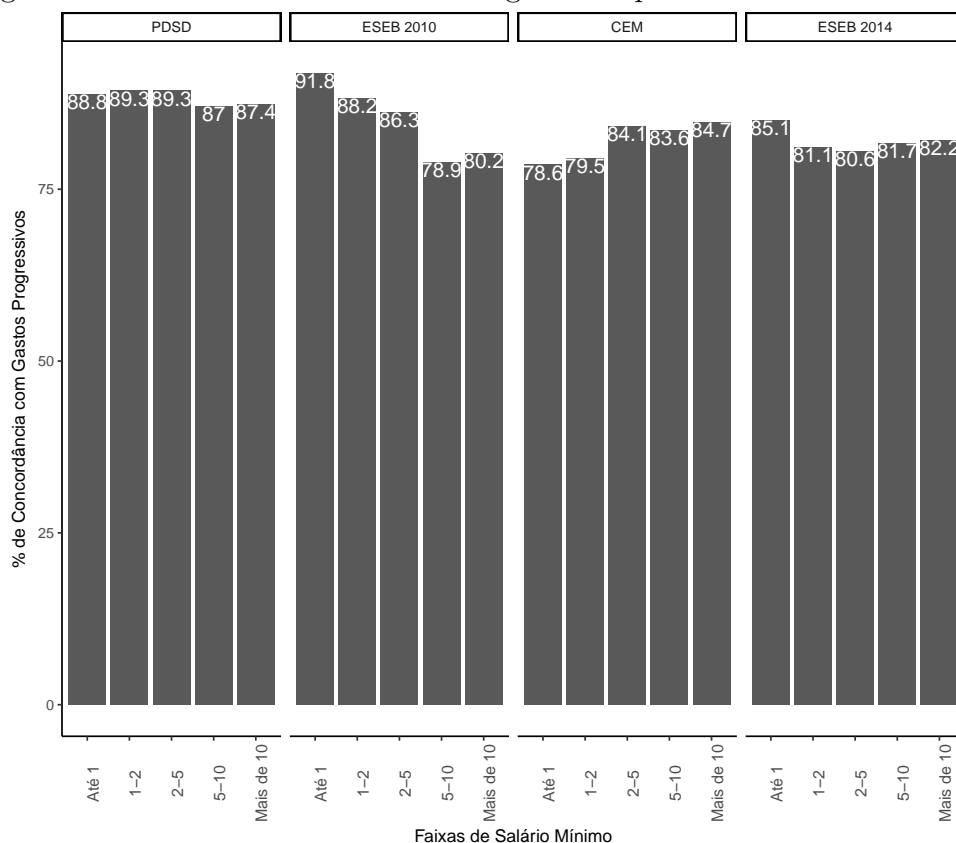
Fonte: Elaboração do autor.

O quadro é absolutamente diferente daquele registrado com o ESEB 2010. Dos respondentes que receberam no máximo um salário mínimo, 65% defendia uma tributação mais progressiva, porcentagem não muito diferente dos 60,5% entre os mais ricos da distribuição. Com efeito, a faixa que auferiu entre 2 e 5 salários mínimos é a que apresenta o menor contingente aprovando mais taxaço (52,7%). Ademais, o banco de 2010 é o único em que há uma preferência majoritária, ao longo de toda distribuição de renda, por taxaço progressiva. Sob essa perspectiva que se destacam os dados de 2014, onde o apoio à taxaço caiu transversalmente. Considerando a queda percentual observada em todas as faixas de renda, em média, houve uma queda de 33 pontos percentuais no apoio à taxaço de 2010 para 2014.

Contrariamente, considerando a figura 4 há absoluta maioria e consenso em torno do papel do Estado na diminuição da desigualdade por meio dos gastos, em todos os anos trabalhados, bem como ao longo de todas faixas de renda. Sistemática e aproximadamente,

todas as faixas de renda em todos os bancos de dados concedem 80% de apoio à redistribuição por meio de gastos progressivos, a priori, isso indicaria uma forte preferência ao longo de toda distribuição de renda pela maximização de transferências do Estado, concomitantemente à resistência de alguns grupos, sobretudo os mais ricos e em especial nos anos de 2008 e 2013, à taxaço.

Figura 4: Preferência sobre Gastos Progressivos por Faixa de Salário Mínimo



Fonte: Elaboração do autor.

Com isso, temos elementos para partir para as análises que vão controlar por outras variáveis intervenientes das preferências analisadas aqui. Nas tabelas 3 e 4 os coeficientes apresentados são as razões de chance para cada categoria incorporada no modelo. Isso significa que os números podem variar entre 0 e infinito. Coeficientes menores que 1 indicam que aquela categoria tem menores chances de apoiar impostos ou gastos progressivos do que a categoria de referência. Por exemplo, a variável de interesse aqui é a faixa de renda por salários mínimos. Nas tabelas apresentam-se quatro coeficientes, já que a categoria

usada como referência para comparação é daqueles que declararam auferir no máximo um salário mínimo. Na primeira coluna da tabela 3, o coeficiente de 0,898 para aqueles que recebiam entre 1 e 2 salários mínimos indica que esse grupo tem 10,2%⁵ menos chances de apoiar a taxaço progressiva do que a faixa que auferiu no máximo um salário mínimo, controlando pelas demais variáveis. Inversamente, se o coeficiente é maior que 1, como é o caso das mulheres na primeira coluna da tabela 3 (1,141), tem-se que mulheres têm 14,1% mais chances de concordar com maior taxaço do que homens, com os mesmos controles.

Nas tabelas 3 e 4 apresentamos o que julgamos ser as melhores especificações para as preferências investigadas nesse trabalho. No apêndice é possível obter outras especificações para as preferências em destaque, incluindo escolaridade, identificação como esquerdista e outras combinações (Tabelas 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12). Por fim, destaca-se que além dos coeficientes, apresentamos a estatística *t* estimada para cada coeficiente, acompanhada pelo seu teste de significância. Atente-se para o fato de que cada coluna das tabelas 3 e 4 corresponde a cada um dos bancos utilizados, respectivamente, PDSB (2008), ESEB 2010, CEM (2013) e ESEB 2014. De modo que executamos regressões logísticas para cada banco isoladamente.

Considerando os modelos referentes à tributação progressiva (Tabela 3), as faixas de renda mais ricas se mostraram negativa e estatisticamente associadas à essa preferência no ano de 2008. À exceção daqueles que ganharam entre 1 e 2 salários mínimos, aqueles que auferiram entre 2 e 5 salários mínimos, 5 e 10 e mais de 10 tinham, respectivamente, 34,3%, 59,8% e 32,2% menos chances de apoiarem taxaço progressiva, controlando por cor e voto no candidato petista no segundo turno de 2006. O mesmo acontece para o ano de 2013. O grupo que auferiu mais de 10 salários mínimos naquele ano tinha 53,1% menos chances de apoiar a tributação progressiva do que indivíduos que ganharam no máximo um salário mínimo. Nesses dois anos, 2008 e 2013, a renda é um fator relevante para prever essa preferência, afetando negativamente. Porém, não é o que acontece para os anos de 2010 e 2014 com o ESEB. Ainda que em 2010 a renda esteja negativamente associada a tributação progressiva, os coeficientes não são estatisticamente significantes. Ao passo que em 2014 a renda não é um fator relevante para essa preferência.

⁵O número foi obtido por meio da diferença entre 1 e o referido coeficiente (0,898) e em seguida multiplicado por 100.

Tabela 3: Regressões Logísticas – Preferências sobre Tributação Progressiva

	Variável Dependente:			
	Impostos Progressivos (1 = Concordo)			
	(1)	(2)	(3)	(4)
SM:Entre 1 e 2	0.898 t = -1.266	0.857 t = -0.389	0.799 t = -1.465	0.925 t = -0.353
SM:Entre 2 e 5	0.657 t = -4.262***	0.633 t = -1.165	0.646 t = -2.830***	0.779 t = -1.150
SM:Entre 5 e 10	0.502 t = -4.212***	0.726 t = -0.736	0.414 t = -4.362***	1.320 t = 1.072
SM:Mais de 10	0.678 t = -1.867*	0.961 t = -0.077	0.469 t = -3.027***	0.934 t = -0.191
Mulher	1.141 t = 1.668*	0.973 t = -0.182	1.397 t = 3.212***	1.033 t = 0.284
Idade	0.997 t = -1.004	0.987 t = -2.612***	0.999 t = -0.207	0.992 t = -2.214**
Negro	1.297 t = 2.323**	0.572 t = -2.303**		0.819 t = -1.016
Pardo	1.273 t = 3.000***	1.161 t = 0.853		0.885 t = -0.930
Amarelo	1.383 t = 1.085	0.824 t = -0.294		0.535 t = -1.205
Indígena	0.987 t = -0.054	0.00000 t = -0.026		1.121 t = 0.195
Voto no PT – 2º Turno	1.357 t = 3.623***			
Preferência pelo PT		0.994 t = -0.036		1.525 t = 3.007***
Recebedor de Benefícios Sociais			1.658 t = 4.186***	
Intercepto	0.213 t = -3.394***	6.517 t = 2.476**	0.757 t = -0.684	0.00000 t = -0.026
Efeito Fixo para UF	Sim	Sim	Sim	Sim
Banco	PDS (2008)	ESEB (2010)	CEM (2013)	ESEB (2014)
Observações	4,389	816	1,990	1,990
Log Likelihood	-2,554.036	-519.373	-1,227.122	-991.949
Akaike Inf. Crit.	5,176.072	1,094.746	2,502.245	2,059.899

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração do autor.

Além disso, em relação ao PDS, destaca-se que negros, pardos (ambos em relação a brancos) e eleitores do PT tinham mais chances de apoiar a tributação progressiva (29,7%, 27,3% e 35,7%, respectivamente). Em 2010, os únicos fatores tido como relevantes para essa preferência foram a idade e o grupo de indivíduos negros. A cada ano acrescido à idade do respondente caía 1,3% a chance de se apoiar a tributação progressiva, enquanto que indivíduos negros, contrariamente ao que se observou no banco PDS de 2008, tinham 42,8% menos chances de apoiar a tributação progressiva. Por fim, é interessante notar que em 2013, com o banco "Imagens da Federação", mulheres e recebedores de algum benefício social tinham significativamente mais chances de apoiar a tributação progressiva, 39,7% e 65,8%, respectivamente. Nesses modelos, o recebimento de qualquer benefício social é o fator que causa o maior impacto na preferência por mais impostos, potencialmente indicando uma

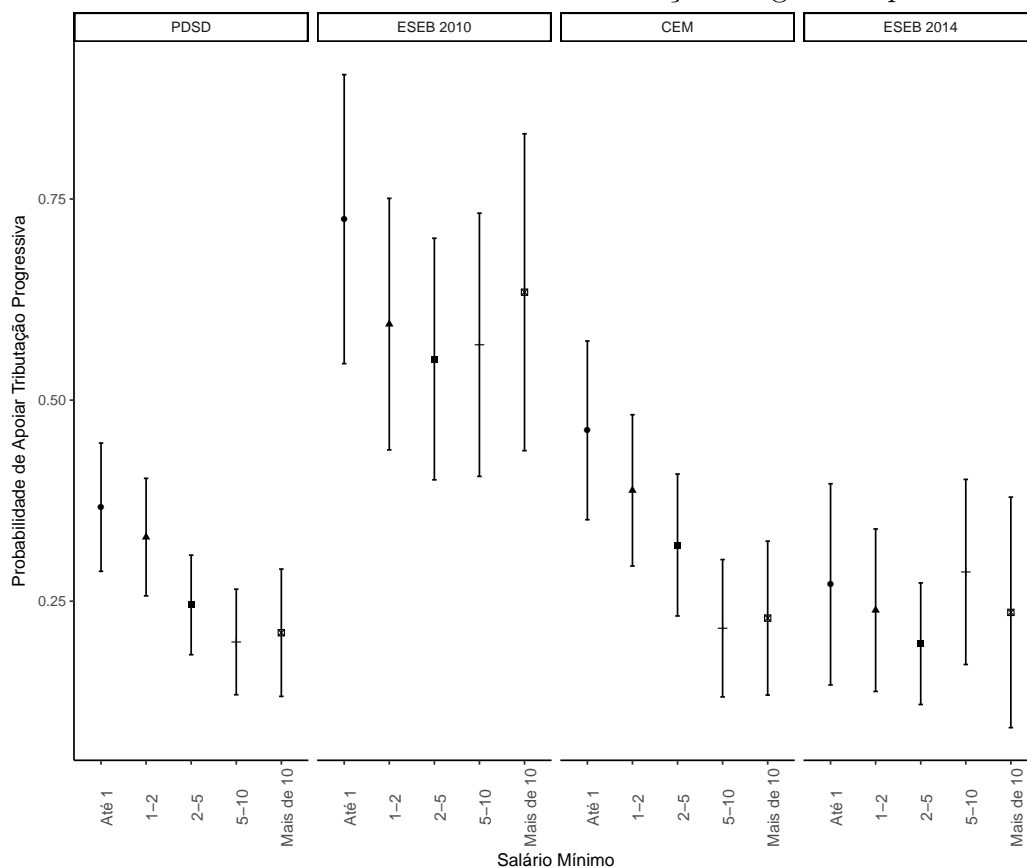
associação feita por esses respondentes entre a manutenção de seus benefícios e a necessidade de financiá-los de alguma forma, sobretudo considerando que a pergunta explicitamente colocava que o aumento dos impostos seria acompanhado por mais serviços.

A partir dos coeficientes apresentados nos modelos da tabela 3 estimamos a probabilidade de se concordar com mais impostos por faixa de renda em cada um dos bancos utilizados, como se observa na figura 5. Como esperado, há uma clara tendência negativa da renda sobre essa probabilidade nos anos de 2008 e 2013, a despeito dos intervalos de confiança de 95% se sobreporem. Em 2008, a probabilidade de se apoiar impostos progressivos entre a faixa de renda mais pobre era de 36,6%, índice que cai para 21% entre a faixa mais rica. Em 2013, a queda é ainda mais substantiva, partindo de uma probabilidade de 46,2% entre os mais pobres para 22,2% entre os mais ricos. Em 2010 essa tendência não existe. Com efeito, a probabilidade de se apoiar impostos mais progressivos entre os mais ricos (63,4%) é maior do que a mesma probabilidade entre todas outras faixas, exceção feita aos mais pobres (72,5%). Não só, em 2014 há uma convergência geral para uma probabilidade muito menor, entre todos os respondentes, de se apoiar impostos mais progressivos.

Argumentamos, em primeiro lugar, que essa evolução exige uma melhor compreensão dos efeitos das manifestações de 2013 sobre preferências redistributivas, em especial considerando a taxaço. Em segundo lugar, a despeito dos intervalos de confiança abrangentes e à luz dos anos de 2008 e 2013, argumentamos que a renda está negativamente associada à taxaço progressiva. Dito de outro modo, ricos se opõem à taxaço proporcionalmente mais do que pobres. Contudo, à exceção de 2010, mesmo entre os mais pobres não há evidências de que essa preferência seja majoritária, isto é, que esta preferência supere os 50%. Ou seja, mesmo que ricos tenham mais chances de se opor à taxaço progressiva, a tendência é de que a estrutura fiscal brasileira, em sua faceta das receitas, não terá nenhum ator majoritariamente interessado numa maior progressividade. Podendo refletir um entendimento refratário ao uso da taxaço para redistribuição, por um lado, ou por outro, refletindo o fato de que a tributação não foi politizada por nenhuma força política, comparativamente ao que se observou no Chile (Fairfield e Garay, 2017).

Partindo para a análise da associação entre renda e gastos redistributivos, como se esperava à luz dos dados da figura 4, em nenhum dos bancos a faixa de renda tem qualquer

Figura 5: Prob. Estimada de Preferência sobre Tributação Progressiva por Faixa de Renda



Fonte: Elaboração do autor.

impacto sobre a preferência por gastos redistributivos, algo corroborado pelos coeficientes apresentados na tabela 4 e probabilidades estimadas na figura 6. Com efeito, nas tabelas apresentadas no anexo, vê-se que apenas em 2008 e 2013, com os bancos PDS e CEM, respectivamente, algumas faixas de escolaridade se mostraram associadas a menos gastos progressivos, em especial aqueles com ensinos médio ou superior, completo ou incompleto. Portanto, a renda não é um fator relevante para a preferência por gastos progressivos.

6 Considerações Finais

O interesse original desse trabalho era investigar se a renda é um fator que afeta a preferência pelo uso da tributação e dos gastos para reduzir a desigualdade de renda, partindo de dois pressupostos. O primeiro é de que existem preferências distintas entre cada um desses componentes, considerando o conceito utilizado de estrutura fiscal (Beramendi, 2012). O

Tabela 4: Regressões Logísticas – Preferências sobre Gastos Progressivos

	Variável Dependente:			
	Gastos Progressivos (1 = Concordo)			
	(1)	(2)	(3)	(4)
SM:Entre 1 e 2	1.031 t = 0.242	0.524 t = -0.844	1.030 t = 0.161	0.841 t = -0.682
SM:Entre 2 e 5	0.889 t = -0.826	0.344 t = -1.406	1.311 t = 1.427	0.828 t = -0.759
SM:Entre 5 e 10	0.669 t = -1.997**	0.210 t = -1.975**	1.221 t = 0.851	0.898 t = -0.359
SM:Mais de 10	0.705 t = -1.344	0.365 t = -1.124	1.415 t = 1.174	0.724 t = -0.815
Mulher	0.992 t = -0.068	1.033 t = 0.149	0.804 t = -1.720*	0.940 t = -0.529
Idade	0.996 t = -1.028	0.992 t = -1.093	0.990 t = -2.557**	1.001 t = 0.200
Negro	0.896 t = -0.664	1.055 t = 0.153		0.845 t = -0.866
Pardo	0.805 t = -1.833*	1.162 t = 0.603		0.937 t = -0.481
Amarelo	1.000 t = -0.001	1.571 t = 0.412		0.498 t = -1.576
Indígena	1.540 t = 1.064	0.00000 t = -0.028		1.400 t = 0.424
Voto no PT – 2º Turno	1.116 t = 0.948			
Preferência pelo PT		0.791 t = -1.036		1.264 t = 1.450
Recebedor de Benefícios Sociais			0.935 t = -0.441	
Intercepto	50.380 t = 3.756***	12.532 t = 2.371**	11.621 t = 4.164***	16.435 t = 2.563**
Efeito Fixo para UF	Sim	Sim	Sim	Sim
Banco	PDS (2008)	ESEB (2010)	CEM (2013)	ESEB (2014)
Observações	4,391	852	1,990	2,031
Log Likelihood	-1,464.791	-300.834	-919.779	-939.789
Akaike Inf. Crit.	2,997.582	657.669	1,887.558	1,955.577

Nota:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

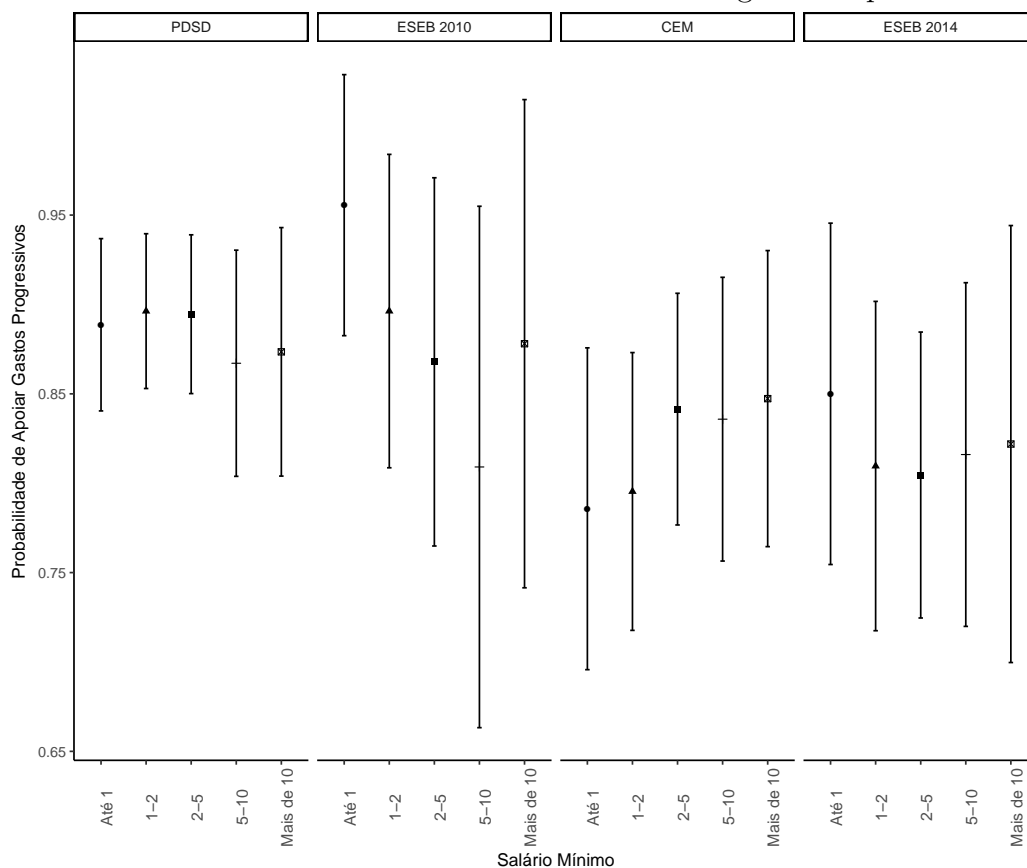
Fonte: Elaboração do autor.

segundo de que ricos e pobres teriam razões para ter preferências distintas nesses quesitos (Beramendi e Rehm, 2016; Fairfield e Garay, 2017; Azevedo e Melo, 1997; Santos, 2007).

O tema seria relevante também por duas razões. A primeira: preferências, ainda que não sejam automaticamente institucionalizadas, sinalizam aos representantes quais políticas públicas seriam ou não recompensadas pelo eleitorado. A segunda considerando que as faces da estrutura fiscal brasileira seguiram caminhos aparentemente opostos desde 1988. Tributos (receitas) se tornaram mais regressivos, de modo que esta faceta não foi instrumentalizada para a redução de desigualdade. Ao passo que os gastos (despesas) foram amplamente utilizados para tanto, considerando pensões não-contributivas (BPC), transferências condicionais de renda (PBF) e serviços públicos universais (notadamente o Sistema Único de Saúde, SUS).

Grosso modo, existem três hipóteses acerca de como a renda afetará a preferência por

Figura 6: Prob. Estimada de Preferência sobre Gastos Progressivos por Faixa de Renda



Fonte: Elaboração do autor.

redistribuição nos diferentes componentes da estrutura fiscal. A primeira, infelizmente inexplorada nesse trabalho, de que caso ricos também se beneficiem de serviços públicos, os mesmos estarão dispostos a mais impostos, em função da qualidade que se teria nesses serviços, logo, os tributos serão revertidos em benefícios ao cidadão rico e sujeito à maior incidência de impostos (Beramendi e Rehm, 2016). A segunda parte do pressuposto que impostos e gastos têm especificidades próprias. Os impostos, por concentrar perdas em atores com alto potencial de mobilização e apresentar ganhos difusos, não são facilmente suscetíveis às pressões do eleitorado que, em função da tecnicidade da matéria e incerteza em relação a suas consequências, sequer se interessaria pela matéria. Enquanto que ricos se oporiam à tributação pela perda financeira que teriam com a elevada progressividade dos impostos e seriam indiferentes aos gastos, pois se esses ainda são demandados pelas camadas mais pobres, os mesmos poderiam ser financiados por outras receitas que não os atingem consideravelmente (Azevedo e Melo, 1997; Fairfield e Garay, 2017). Por fim, a terceira seria

o chamado Paradoxo de Rousseau (Santos, 2007). Aqui, todos os indivíduos, a despeito da renda, buscariam maximizar as despesas do Estado, defendendo mais gastos, e minimizar perdas, já que os impostos seriam vistos por todos como uma espécie de expropriação indevida.

As duas primeiras engendrariam uma estrutura fiscal progressiva nas despesas e regressiva nas receitas, compatível com os dados apresentados por Silveira et al. (2015). Ao passo que a última geraria uma estrutura fiscal de tendência deficitária constante.

Para investigá-las, nos utilizamos de quatro *surveys* representativos da população brasileira, a Pesquisa de Dimensões Sociais da Desigualdade (PDSD), cobrindo o ano de 2008, os Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB) de 2010 e 2014 e o "Imagens da Federação" do CEM, aplicado em 2013. Em primeiro lugar, pode-se argumentar que a preferência pertinente aos impostos tem problemas de mensuração, uma vez que não especifica quem seriam os perdedores de uma maior taxaço, a despeito da possibilidade colocada de que os novos impostos seriam revertidos em mais serviços (Bartels, 2016; Hacker e Pierson, 2010). É possível supor que futuros questionários que formulem uma pergunta sobre impostos explicitando que sua incidência será proporcionalmente maior nos mais ricos encontre um nível de apoio maior à taxaço. Em especial considerando o sistema tributário brasileiro, altamente dependente de impostos indiretos e contribuições, criando um ônus tributário considerável sobre as faixas pobres e médias de renda. A avaliação dos resultados apresentados nesse trabalho devem ser considerados à luz desse problema de mensuração.

Em segundo lugar, há uma dificuldade adicional nesse estudo, uma vez que estamos considerando quatro questionários diferentes, ao longo de um período de sete anos. Tanto as preferências referentes aos impostos, quanto aos gastos podem ser politizadas por atores diferentes ao longo de todo o período, alterando a visão que os eleitores têm sobre esses temas. O exemplo claro foi a campanha da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) de 2015, a chamada "Não Vou Pagar o Pato", contra o aumento de quaisquer impostos. É plausível supor que *surveys* posteriores à ela que contenham perguntas sobre a tributação apresentem índices ainda menores de apoio à política. Assim, estamos tentando compreender o efeito da renda por quatro questionários com desenhos amostrais diferentes, ao mesmo tempo que diferentes atores estão engajados na transformação da visão que o eleitorado tem sobre cada um desses temas. Por isso fomos cautelosos em não afirmar que entre 2008 e 2010

a preferência sobre impostos (gastos) progressivos caiu x pontos percentuais, restringindo a comparação às ondas de 2010 e 2014 do ESEB.

Essas diferenças que criaram condições para que nós argumentássemos que a renda teve um impacto negativo sobre a preferência sobre impostos progressivos em 2008 e 2013. Nesses dois *surveys*, à medida que se ascendia na distribuição, menor era o apoio à taxaço progressiva. Tendência que inexistente nos ESEBs. O diferencial do ESEB é que a onda de 2010 é a única, entre todos os demais bancos utilizados, que apresenta uma preferência majoritária sobre tributação, preferência esta que cai em média 33 pontos percentuais em 2014, por toda a distribuição de renda. Ao mesmo tempo, apresentamos evidências que a renda não tem associação alguma com gastos progressivos.

Contudo, vê-se uma diferença importante entre receitas e despesas. A renda afeta negativamente o apoio à taxaço progressiva, em condições específicas (2008 e 2013), embora essa preferência não seja majoritária em nenhuma faixa de renda. Ao mesmo tempo que a renda não afeta a redistribuição num absoluto consenso sobre a utilização das despesas para reduzir a desigualdade. Em função desse descompasso, argumentamos que o Paradoxo de Rousseau (Santos, 2007) nos parece mais indicado para apreender a tendência criada no eleitorado sobre a estrutura fiscal brasileira.

Todos, ricos ou pobres, querem transferências do Estado, e ninguém quer pagar impostos, ainda que ricos tenham uma chance ainda maior de não querer contribuir ao fisco nacional. É bem verdade que isso não afasta por completo a possibilidade de que despesas e receitas tenham chances diferentes de serem tratadas pelo eleitorado, cuja tendência seria favorecer os interesses das camadas mais pobres (Downs, 1957; Meltzer e Richard, 1981). Com efeito, é possível que o baixo apoio à tributação progressiva mesmo entre os mais pobres seja reflexo da inexistência de um movimento político que tenham atribuído protagonismo à tributação para redistribuir renda, similar ao observado no Chile (Fairfield e Garay, 2017), bem como o êxito apresentado por outros atores (semelhante ao exemplo da FIESP citado acima) no convencimento acerca da ineficiência dos impostos para esse fim. Estas são questões a serem tratadas em maiores detalhes por outros trabalhos.

Fato é que se cria uma tendência deficitária constante na estrutura fiscal brasileira, onde todos demandam transferências, ao mesmo tempo que rechaçam uma maior taxaço. A ausência de um ator político engajado na politização da questão tributária na agenda sobre

desigualdade, os incentivos eleitorais advindos de transferências condicionais de renda (Roberts, 2014), a tecnicidade envolvida na regulação de impostos (Azevedo e Melo, 1997), a oposição de grupos de interesses, representativos das camadas mais ricas da população (Fairfield e Garay, 2017), mas também preferências contraditórias ante às escolhas a serem feitas no desenho da estrutura fiscal podem explicar, ao menos parcialmente, a evolução recente, também contraditória, da estrutura fiscal brasileira.

Referências

- Alesina, Alberto e Paola Giuliano (2011). “Preferences for redistribution”. Em: *Handbook of social economics*. Vol. 1. Elsevier, pp. 93–131.
- Arretche, Marta (2005). “Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira”. Em: *Revista de Sociologia e Política* 24.
- (2015). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp.
- Arretche, Marta e Vitor Araújo (2017). “O Brasil tornou-se mais conservador?” Em: *Revista Novos Estudos, CEBRAP*, pp. 15–22.
- Azevedo, Sérgio de e Marcus André Melo (1997). “A política da reforma tributária: federalismo e mudança constitucional”. Em: *Revista brasileira de ciências sociais* 12.35.
- Bartels, Larry M (2016). *Unequal Democracy: The political economy of the new gilded age*. Princeton University Press.
- Beramendi, Pablo (2012). *The Political Geography of Inequality: regions and redistribution*. Cambridge University Press.
- Beramendi, Pablo e Philipp Rehm (2016). “Who gives, who gains? Progressivity and Preferences”. Em: *Comparative Political Studies* 49.4, pp. 529–563.
- Castaneda, Nestor (2017). “Business Coordination and Tax Politics”. Em: *Political Studies* 65.1, pp. 122–143.
- Dion, Michelle L e Vicki Birchfield (2010). “Economic development, income inequality, and preferences for redistribution”. Em: *International Studies Quarterly* 54.2, pp. 315–334.
- Doherty, Daniel, Alan S Gerber e Donald P Green (2006). “Personal income and attitudes toward redistribution: A study of lottery winners”. Em: *Political Psychology* 27.3, pp. 441–458.
- Downs, Anthony (1957). “An Economic Theory of Political Action in a Democracy”. Em: *Journal of political economy* 65.2, pp. 135–150.
- Esping-Andersen, Gosta (1985). “Power and Distributional Regimes”. Em: *Politics & Society* 14.2, pp. 223–256.
- (1989). “The Three Political Economies of the Welfare State”. Em: *Canadian Review of Sociology/Revue canadienne de sociologie* 26.1, pp. 10–36.

- Fairfield, Tasha e Candelaria Garay (2017). “Redistribution under the right in Latin America: electoral competition and organized actors in policymaking”. Em: *Comparative Political Studies* 50.14, pp. 1871–1906.
- Flores, Paulo (2017). “A política da política de salário mínimo no Brasil”. Diss. de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Gingrich, Jane e Ben Ansell (2012). “Preferences in context: Micro preferences, macro contexts, and the demand for social policy”. Em: *Comparative Political Studies* 45.12, pp. 1624–1654.
- Gobetti, Sérgio Wulff e Rodrigo Octávio Orair (2016). *Progressividade Tributária: a agenda negligenciada*. Rel. téc. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Gomes, Sandra (2006). “O impacto das regras de organização do processo legislativo no comportamento dos parlamentares: um estudo de caso da Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988)”. Em: *Dados-Revista de Ciências Sociais* 49.1.
- Goñi, Edwin, J Humberto López e Luis Servén (2011). “Fiscal redistribution and income inequality in Latin America”. Em: *World Development* 39.9, pp. 1558–1569.
- Hacker, Jacob S e Paul Pierson (2010). *Winner-take-all politics: How Washington made the rich richer—and turned its back on the middle class*. Simon e Schuster.
- Huber, Evelyne e John D Stephens (2012). *Democracy and the Left: social policy and inequality in Latin America*. University of Chicago Press.
- Iversen, Torben e David Soskice (2001). “An asset theory of social policy preferences”. Em: *American Political Science Review* 95.4, pp. 875–893.
- Meltzer, Allan H e Scott F Richard (1981). “A rational theory of the size of government”. Em: *Journal of political Economy* 89.5, pp. 914–927.
- Pierson, Paul (2002). “Coping with permanent austerity: welfare state restructuring in affluent democracies”. Em: *Revue française de sociologie*, pp. 369–406.
- Piketty, Thomas (2014). *O capital no século XXI*. Editora Intrínseca.
- Receita Federal, Secretaria da (2014). *A História do Imposto de Renda no Brasil, um enfoque da pessoa física*. Secretaria da Receita Federal.
- Roberts, Kenneth M (2014). *The Politics of Inequality and Redistribution in Latin America’s post-adjustment era*. Oxford University Press.

- Rueda, David (2005). “Insider–outsider politics in industrialized democracies: the challenge to social democratic parties”. Em: *American Political Science Review* 99.1, pp. 61–74.
- Rueda, David e Daniel Stegmueller (2016). “The externalities of inequality: Fear of crime and preferences for redistribution in Western Europe”. Em: *American Journal of Political Science* 60.2, pp. 472–489.
- Salvador, Evilásio (2017). “As implicações do sistema tributário brasileiro nas desigualdades de renda”. Em: *Brasília, INESC*.
- Santos, Wanderley Guilherme (2007). *O Paradoxo de Rousseau: uma interpretação democrática da vontade geral*. Rocco.
- Silveira, Fernando Gaiger et al. (2015). *Equidade Fiscal: Impactos Distributivos da Tributação e do Gasto Social no Brasil*. Rel. téc.
- Varsano, Ricardo (1996). *A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas*. Rel. téc.

Apêndice

Tabela 5: Modelos – PDSD, Impostos

		Variável Dependente:					
		Impostos Progressivos (1 = Concorde)					
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	
SM:Entre 1 e 2	0.935 t = -0.829	0.922 t = -0.985	1.009 t = 0.106	0.911 t = -1.116	0.898 t = -1.266	0.974 t = -0.297	
SM:Entre 2 e 5	0.622 t = -5.032***	0.645 t = -4.556***	0.824 t = -1.870*	0.634 t = -4.730***	0.657 t = -4.262***	0.829 t = -1.773*	
SM:Entre 5 e 10	0.490 t = -4.616***	0.517 t = -4.231***	0.773 t = -1.517	0.477 t = -4.558***	0.502 t = -4.212***	0.750 t = -1.627	
SM:Mais de 10	0.616 t = -2.414**	0.653 t = -2.110**	0.998 t = -0.011	0.644 t = -2.131**	0.678 t = -1.867*	1.020 t = 0.088	
Mulher		1.136 t = 1.677*	1.252 t = 2.859***		1.141 t = 1.668*	1.251 t = 2.753***	
Idade		0.997 t = -0.976	0.989 t = -3.618***		0.997 t = -1.004	0.990 t = -3.428***	
Negro		1.327 t = 2.617***	1.257 t = 2.071**		1.297 t = 2.323**	1.235 t = 1.855*	
Pardo		1.262 t = 2.982***	1.182 t = 2.094**		1.273 t = 3.000***	1.199 t = 2.209**	
Amarelo		1.358 t = 1.030	1.295 t = 0.864		1.383 t = 1.085	1.319 t = 0.921	
Indígena		0.914 t = -0.373	0.844 t = -0.697		0.987 t = -0.054	0.908 t = -0.390	
Primário Completo ou Ginásio Incompleto			0.681 t = -3.874***			0.669 t = -3.939***	
Ginásio Completo			0.674 t = -2.978***			0.656 t = -3.092***	
Ensino médio Incompleto ou Completo			0.487 t = -6.573***			0.497 t = -6.214***	
Ensino superior Incompleto ou Completo			0.401 t = -5.867***			0.398 t = -5.687***	
Pós-Graduação			0.305 t = -4.170***			0.314 t = -3.941***	
Voto no PT – 2º Turno				1.382 t = 3.862***	1.357 t = 3.623***	1.332 t = 3.334***	
Intercepto	0.338 t = -2.698***	0.298 t = -2.836***	0.530 t = -1.382	0.237 t = -3.330***	0.213 t = -3.394***	0.440 t = -1.749*	
Efeito Fixo para UF	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Observações	4,640	4,639	4,558	4,390	4,389	4,314	
Log Likelihood	-2,714,848	-2,706,287	-2,616,999	-2,561,861	-2,554,036	-2,473,360	
Akaike Inf. Crit.	5,483,695	5,478,574	5,309,998	5,179,721	5,176,072	5,024,720	

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 6: Modelos – PDSD, Gastos

	Variável Dependente:					
	Gastos Progressivos (1 = Concorde)					
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
SM:Entre 1 e 2	1.005 t = 0.039	1.001 t = 0.006	1.077 t = 0.587	1.039 t = 0.305	1.031 t = 0.242	1.102 t = 0.739
SM:Entre 2 e 5	0.896 t = -0.816	0.878 t = -0.949	1.037 t = 0.248	0.912 t = -0.666	0.889 t = -0.826	1.040 t = 0.259
SM:Entre 5 e 10	0.693 t = -1.893*	0.681 t = -1.963**	0.853 t = -0.742	0.681 t = -1.928*	0.669 t = -1.997**	0.827 t = -0.858
SM:Mais de 10	0.738 t = -1.205	0.711 t = -1.345	0.859 t = -0.564	0.728 t = -1.228	0.705 t = -1.344	0.830 t = -0.673
Mulher		1.005 t = 0.040	1.046 t = 0.395		0.992 t = -0.068	1.029 t = 0.244
Idade		0.997 t = -0.863	0.992 t = -1.865*		0.996 t = -1.028	0.992 t = -1.924*
Negro		0.894 t = -0.703	0.859 t = -0.941		0.896 t = -0.664	0.865 t = -0.865
Pardo		0.788 t = -2.085**	0.765 t = -2.320**		0.805 t = -1.833*	0.787 t = -2.010**
Amarelo		1.032 t = 0.070	1.016 t = 0.035		1.000 t = -0.001	0.991 t = -0.020
Indígena		1.284 t = 0.691	1.241 t = 0.593		1.540 t = 1.064	1.484 t = 0.970
Primário Completo ou Ginásio Incompleto			0.836 t = -1.161			0.792 t = -1.449
Ginásio Completo			0.805 t = -1.066			0.855 t = -0.725
Ensino médio Incompleto ou Completo			0.598 t = -3.184***			0.583 t = -3.208***
Ensino superior Incompleto ou Completo			0.649 t = -2.017**			0.651 t = -1.923*
Pós-Graduação			0.650 t = -1.248			0.704 t = -0.973
Voto no PT – 2º Turno				1.093 t = 0.773	1.116 t = 0.948	1.108 t = 0.871
Intercepto	20.701 t = 4.142***	29.171 t = 4.434***	42.647 t = 4.833***	35.595 t = 3.493***	50.380 t = 3.756***	78.206 t = 4.123***
Efeito Fixo para UF	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Observações	4,642	4,641	4,560	4,392	4,391	4,316
Log Likelihood	-1,563.447	-1,560.209	-1,535.833	-1,468.127	-1,464.791	-1,441.083
Akaike Inf. Crit.	3,180.894	3,186.418	3,147.667	2,992.254	2,997.582	2,960.166

Nota: * p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 7: Modelos – ESEB 2010, Impostos

		Variável Dependente:							
		Impostos Progressivos (1 = Concorde)							
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
SM:Entre 1 e 2	0.920 t = -0.320	0.986 t = -0.054	1.013 t = 0.048	0.907 t = -0.357	0.773 t = -0.657	0.986 t = -0.040	0.857 t = -0.389	0.857 t = -0.382	
SM:Entre 2 e 5	0.730 t = -1.230	0.750 t = -1.115	0.752 t = -1.084	0.682 t = -1.419	0.600 t = -1.316	0.752 t = -0.862	0.633 t = -1.165	0.605 t = -1.249	
SM:Entre 5 e 10	0.801 t = -0.783	0.811 t = -0.733	0.733 t = -1.039	0.791 t = -0.774	0.686 t = -0.883	0.955 t = -0.127	0.726 t = -0.736	0.626 t = -1.028	
SM:Mais de 10	0.935 t = -0.198	0.935 t = -0.195	0.791 t = -0.648	0.972 t = -0.078	0.913 t = -0.182	1.027 t = 0.064	0.961 t = -0.077	0.737 t = -0.565	
Mulher		0.896 t = -1.058	0.890 t = -1.114				0.973 t = -0.182	0.954 t = -0.306	
Idade		0.994 t = -1.657*	0.994 t = -1.520				0.987 t = -2.612***	0.989 t = -1.889*	
Negro		0.605 t = -2.882***	0.600 t = -2.908***				0.572 t = -2.303**	0.557 t = -2.390**	
Pardo		1.028 t = 0.231	1.031 t = 0.261				1.161 t = 0.853	1.176 t = 0.920	
Amarelo		0.848 t = -0.345	0.839 t = -0.365				0.824 t = -0.294	0.749 t = -0.435	
Indígena		0.330 t = -1.191	0.336 t = -1.176				0.00000 t = -0.026	0.00000 t = -0.026	
Primário Completo ou Ginásio Incompleto			1.139 t = 0.748					1.246 t = 0.858	
Ginásio Completo			0.988 t = -0.057					2.148 t = 2.198**	
Ensino médio Incompleto ou Completo			0.954 t = -0.240					1.077 t = 0.257	
Ensino superior Incompleto ou Completo			1.524 t = 1.752*					1.877 t = 1.779*	
Pós-Graduação			2.888 t = 1.874*					2.736 t = 1.399	
Voto no PT – 2º Turno				0.825 t = -1.344					
Preferência pelo PT					0.989 t = -0.071			1.003 t = 0.016	
Esquerdista						1.042 t = 0.296			
Intercepto	2.171 t = 1.905*	3.049 t = 2.514**	2.998 t = 2.317**	2.783 t = 2.226**	4.038 t = 1.985**	1.545 t = 0.821	6.517 t = 2.476**	5.711 t = 2.202**	
Efeito Fixo para UF	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Observações	1,650	1,644	1,644	1,371	817	981	816	816	
Log Likelihood	-1,089,997	-1,078,159	-1,072,764	-902,356	-528,862	-650,303	-519,373	-513,731	
Akaike Inf. Crit.	2,221,993	2,210,317	2,209,528	1,848,712	1,101,723	1,344,606	1,094,746	1,093,462	

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 8: Modelos – ESEB 2010, Gastos

	Variável Dependente:							
	Gastos Progressivos (1 = Concorde)							
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
SM:Entre 1 e 2	0.651 t = -1.071	0.687 t = -0.933	0.665 t = -1.004	0.541 t = -1.348	0.489 t = -0.936	0.701 t = -0.733	0.524 t = -0.844	0.488 t = -0.930
SM:Entre 2 e 5	0.541 t = -1.557	0.571 t = -1.414	0.550 t = -1.477	0.570 t = -1.247	0.333 t = -1.450	0.647 t = -0.915	0.344 t = -1.406	0.299 t = -1.567
SM:Entre 5 e 10	0.312 t = -2.785***	0.336 t = -2.591***	0.308 t = -2.688***	0.325 t = -2.346**	0.199 t = -2.049**	0.480 t = -1.459	0.210 t = -1.975**	0.171 t = -2.166**
SM:Mais de 10	0.361 t = -2.132**	0.425 t = -1.762*	0.394 t = -1.817*	0.406 t = -1.651*	0.284 t = -1.444	0.505 t = -1.215	0.365 t = -1.124	0.296 t = -1.301
Mulher		1.089 t = 0.597	1.122 t = 0.798				1.033 t = 0.149	1.045 t = 0.200
Idade		0.994 t = -1.398	0.995 t = -0.961				0.992 t = -1.093	0.997 t = -0.391
Negro		1.173 t = 0.638	1.221 t = 0.794				1.055 t = 0.153	1.154 t = 0.405
Pardo		1.142 t = 0.807	1.159 t = 0.888				1.162 t = 0.603	1.160 t = 0.590
Amarelo		1.197 t = 0.271	1.261 t = 0.347				1.571 t = 0.412	1.537 t = 0.394
Indígena		1.138 t = 0.114	1.045 t = 0.039				0.00000 t = -0.028	0.00000 t = -0.028
Primário Completo ou Ginásio Incompleto			1.072 t = 0.292					1.550 t = 1.219
Ginásio Completo			0.633 t = -1.616					0.748 t = -0.666
Ensino médio Incompleto ou Completo			1.217 t = 0.724					1.710 t = 1.312
Ensino superior Incompleto ou Completo			1.170 t = 0.487					1.832 t = 1.242
Pós-Graduação			0.774 t = -0.400					0.897 t = -0.134
Voto no PT – 2º Turno				1.351 t = 1.596				
Preferência pelo PT					0.783 t = -1.098		0.791 t = -1.036	0.815 t = -0.888
Esquerdista						1.391 t = 1.759*		
Intercepto	3.865 t = 2.744***	4.104 t = 2.581***	3.844 t = 2.280**	3.611 t = 2.163**	11.082 t = 2.404**	3.183 t = 1.841*	12.532 t = 2.371**	8.406 t = 1.900*
Efeito Fixo para UF	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Observações	1.735	1.728	1.728	1.433	853	994	852	852
Log Likelihood	-664.315	-658.901	-654.517	-534.505	-305.043	-420.666	-300.834	-297.006
Akaike Inf. Crit.	1.370.629	1.371.803	1.373.033	1.113.009	654.086	885.333	657.669	660.012

Nota: * p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 9: Modelos – CEM, Impostos

	Variável Dependente:						
	Impostos Progressivos (1 = Concorde)						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
SM:Entre 1 e 2	0.739 t = -2.020**	0.753 t = -1.880*	0.845 t = -1.086	0.795 t = -0.991	0.783 t = -1.614	0.799 t = -1.465	0.881 t = -0.813
SM:Entre 2 e 5	0.546 t = -4.076***	0.584 t = -3.543***	0.785 t = -1.522	0.538 t = -2.710***	0.602 t = -3.365***	0.646 t = -2.830***	0.837 t = -1.105
SM:Entre 5 e 10	0.333 t = -5.626***	0.363 t = -5.098***	0.664 t = -1.923*	0.477 t = -2.655**	0.379 t = -4.879***	0.414 t = -4.362***	0.717 t = -1.545
SM:Mais de 10	0.358 t = -4.213***	0.399 t = -3.720***	1.053 t = 0.186	0.653 t = -1.274	0.422 t = -3.485***	0.469 t = -3.027***	1.148 t = 0.493
Mulher		1.419 t = 3.380***	1.555 t = 4.147***			1.397 t = 3.212***	1.530 t = 3.984***
Idade		0.998 t = -0.698	0.989 t = -3.086***			0.999 t = -0.207	0.990 t = -2.631***
Primário Completo ou Ginásio Incompleto			0.617 t = -1.861*				0.627 t = -1.793*
Ginásio Completo			0.498 t = -2.780***				0.507 t = -2.689***
Ensino médio Incompleto ou Completo			0.427 t = -3.272***				0.432 t = -3.205***
Ensino superior Incompleto ou Completo			0.234 t = -5.549***				0.248 t = -5.300***
Pós-Graduação			0.109 t = -6.555***				0.118 t = -6.299***
Preferência pelo PT				1.069 t = 0.460			
Recebedor de Benefícios Sociais					1.684 t = 4.362***	1.658 t = 4.186***	1.461 t = 3.064***
Intercepto	1.147 t = 0.374	0.976 t = -0.061	2.704 t = 2.090**	1.053 t = 0.096	0.934 t = -0.184	0.757 t = -0.684	2.166 t = 1.602
Efeito Fixo para UF	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Observações	1.990	1.990	1.990	896	1.990	1.990	1.990
Log Likelihood	-1.241.744	-1.235.792	-1.196.086	-579.808	-1.232.335	-1.227.122	-1.191.431
Akaike Inf. Crit.	2.525.489	2.517.584	2.448.172	1.203.615	2.508.671	2.502.245	2.440.862

Nota: **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 10: Modelos – CEM, Gastos

	Variável Dependente:						
	Gastos Progressivos (1 = Concorde)						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
SM:Entre 1 e 2	1.095 t = 0.500	1.038 t = 0.204	0.979 t = -0.116	1.051 t = 0.170	1.091 t = 0.479	1.030 t = 0.161	0.980 t = -0.109
SM:Entre 2 e 5	1.487 t = 2.164**	1.328 t = 1.511	1.136 t = 0.658	1.281 t = 0.843	1.479 t = 2.112**	1.311 t = 1.427	1.138 t = 0.662
SM:Entre 5 e 10	1.401 t = 1.486	1.242 t = 0.938	0.887 t = -0.486	1.845 t = 1.600	1.390 t = 1.432	1.221 t = 0.851	0.888 t = -0.474
SM:Mais de 10	1.611 t = 1.656*	1.444 t = 1.257	0.823 t = -0.594	1.790 t = 1.224	1.596 t = 1.604	1.415 t = 1.174	0.825 t = -0.585
Mulher		0.802 t = -1.741*	0.774 t = -2.000**			0.804 t = -1.720*	0.774 t = -2.002**
Idade		0.990 t = -2.523**	0.994 t = -1.459			0.990 t = -2.557**	0.994 t = -1.431
Primário Completo ou Ginásio Incompleto			1.544 t = 1.495				1.545 t = 1.496
Ginásio Completo			1.269 t = 0.861				1.270 t = 0.863
Ensino médio Incompleto ou Completo			1.500 t = 1.393				1.501 t = 1.394
Ensino superior Incompleto ou Completo			2.137 t = 2.589***				2.141 t = 2.586***
Pós-Graduação			3.296 t = 3.178***				3.303 t = 3.174***
Preferência pelo PT				1.049 t = 0.247			
Recebedor de Benefícios Sociais					0.970 t = -0.203	0.935 t = -0.441	1.011 t = 0.072
Intercepto	6.220 t = 3.334***	11.224 t = 4.144***	6.968 t = 3.037***	5.910 t = 2.226**	6.297 t = 3.336***	11.621 t = 4.164***	6.921 t = 2.994***
Efeito Fixo para UF	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Observações	1.990	1.990	1.990	896	1.990	1.990	1.990
Log Likelihood	-924.713	-919.876	-910.921	-381.807	-924.692	-919.779	-910.918
Akalke Inf. Crit.	1,891.426	1,885.752	1,877.842	807.614	1,893.384	1,887.558	1,879.837

Nota: * p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 11: Modelos – ESEB 2014, Impostos

		Variável Dependente:						
		Impostos Progressivos (1 = Concorde)						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
SM:Entre 1 e 2	0.902 t = -0.474	0.913 t = -0.418	0.903 t = -0.460	0.893 t = -0.487	0.909 t = -0.440	1.409 t = -1.084	0.925 t = -0.353	0.911 t = -0.421
SM:Entre 2 e 5	0.792 t = -1.095	0.774 t = -1.187	0.707 t = -1.569	0.785 t = -1.066	0.793 t = -1.086	1.114 t = 0.348	0.779 t = -1.150	0.703 t = -1.587
SM:Entre 5 e 10	1.337 t = -1.140	1.292 t = 0.993	1.068 t = 0.246	1.266 t = 0.875	1.362 t = 1.209	1.659 t = 1.407	1.320 t = 1.072	1.064 t = 0.230
SM:Mais de 10	0.967 t = -0.095	0.904 t = -0.282	0.762 t = -0.727	0.818 t = -0.537	0.999 t = -0.003	1.470 t = 0.847	0.934 t = -0.191	0.768 t = -0.704
Mulher		1.015 t = 0.129	0.989 t = -0.093				1.033 t = 0.284	1.005 t = 0.045
Idade		0.992 t = -2.111**	0.998 t = -0.418				0.992 t = -2.214**	0.998 t = -0.379
Negro		0.858 t = -0.785	0.894 t = -0.568				0.819 t = -1.016	0.852 t = -0.809
Pardo		0.902 t = -0.790	0.917 t = -0.661				0.885 t = -0.930	0.899 t = -0.804
Amarelo		0.543 t = -1.183	0.519 t = -1.263				0.535 t = -1.205	0.509 t = -1.296
Indígena		1.132 t = 0.209	1.265 t = 0.401				1.121 t = 0.195	1.266 t = 0.404
Primário Completo ou Ginásio Incompleto			0.814 t = -0.904					0.840 t = -0.757
Ginásio Completo			0.976 t = -0.091					1.011 t = 0.040
Ensino médio Incompleto ou Completo			1.478 t = 1.677*					1.567 t = 1.907*
Ensino superior Incompleto ou Completo			1.483 t = 1.512					1.624 t = 1.839*
Pós-Graduação			1.263 t = 0.402					1.376 t = 0.544
Voto no PT – 2º Turno				1.070 t = 0.548				
Preferência pelo PT					1.494 t = 2.893***		1.525 t = 3.007***	1.610 t = 3.348***
Esquerdista						1.338 t = 1.919*		
Intercepto	0.00000 t = -0.026	0.00000 t = -0.025	0.00000 t = -0.026	0.00000 t = -0.026	0.00000 t = -0.026	0.00000 t = -0.026	0.00000 t = -0.026	0.00000 t = -0.026
Efeito Fixo para UF	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Observações	2,004	1,990	1,990	1,783	2,004	1,222	1,990	1,990
Log Likelihood	-1,006,005	-996,343	-987,992	-901,686	-1,001,936	-589,923	-991,949	-982,551
Akalke Inf. Crit.	2,074,010	2,066,686	2,059,984	1,867,372	2,067,871	1,243,845	2,059,899	2,051,103

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 12: Modelos – ESEB 2014, Gastos

	Variável Dependente:							
	Gastos Progressivos (1 = Concorde)							
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
SM:Entre 1 e 2	0.825 t = -0.763	0.835 t = -0.714	0.811 t = -0.821	0.908 t = -0.360	0.830 t = -0.737	0.893 t = -0.323	0.841 t = -0.682	0.817 t = -0.793
SM:Entre 2 e 5	0.829 t = -0.761	0.827 t = -0.768	0.821 t = -0.784	0.889 t = -0.454	0.829 t = -0.760	1.000 t = -0.001	0.828 t = -0.759	0.820 t = -0.786
SM:Entre 5 e 10	0.903 t = -0.343	0.891 t = -0.387	0.908 t = -0.313	0.955 t = -0.148	0.910 t = -0.318	0.929 t = -0.191	0.898 t = -0.359	0.908 t = -0.312
SM:Mas de 10	0.726 t = -0.812	0.715 t = -0.848	0.624 t = -1.151	0.755 t = -0.697	0.736 t = -0.778	0.617 t = -1.025	0.724 t = -0.815	0.626 t = -1.141
Mulher		0.929 t = -0.624	0.930 t = -0.616				0.940 t = -0.529	0.938 t = -0.540
Idade		1.001 t = 0.226	0.999 t = -0.144				1.001 t = 0.200	0.999 t = -0.128
Negro		0.862 t = -0.767	0.838 t = -0.903				0.845 t = -0.866	0.824 t = -0.990
Pardo		0.945 t = -0.413	0.922 t = -0.591				0.937 t = -0.481	0.915 t = -0.650
Amarelo		0.503 t = -1.557	0.510 t = -1.526				0.498 t = -1.576	0.505 t = -1.542
Indígena		1.418 t = 0.441	1.439 t = 0.458				1.400 t = 0.424	1.420 t = 0.440
Primário Completo ou Ginásio Incompleto			1.350 t = 1.356					1.353 t = 1.365
Ginásio Completo			1.467 t = 1.425					1.464 t = 1.416
Ensino médio Incompleto ou Completo			0.977 t = -0.100					0.987 t = -0.054
Ensino superior Incompleto ou Completo			1.053 t = 0.193					1.076 t = 0.273
Pós-Graduação			6.282 t = 1.722*					6.468 t = 1.749*
Voto no PT – 2º Turno				1.100 t = 0.739				
Preferência pelo PT					1.264 t = 1.460		1.264 t = 1.450	1.248 t = 1.363
Esquerdista						0.964 t = -0.236		
Intercepto	15.282 t = 2.554**	16.847 t = 2.587***	16.654 t = 2.517**	13.619 t = 2.430**	14.765 t = 2.521**	13.013 t = 2.341**	16.435 t = 2.563**	16.190 t = 2.491**
Efeito Fixo para UF	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Observações	2,045	2,031	2,031	1,823	2,045	1,235	2,031	2,031
Log Likelihood	-945.401	-940.870	-934.966	-833.219	-944.303	-567.747	-939.789	-934.013
Akatke Inf. Crit.	1,952.803	1,955.740	1,953.933	1,730.439	1,952.607	1,199.493	1,955.577	1,954.026

Nota: * p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Fonte: Elaboração do autor.